

## HISTÓRICO

O Observatório de Gestão Pública de Londrina é uma instituição independente cuja principal meta é exercer o controle social dos gastos públicos. Nossa equipe é formada por profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, todos dispostos a trabalhar voluntariamente pelo bem de nossa cidade e que, ressalta-se, não possuem quaisquer vínculos político-partidários.

A entidade teve início em meados de 2009, quando alguns londrinenses começaram a organizar reuniões periódicas com o objetivo de discutir a importância do controle preventivo dos gastos públicos. Destes debates, foi idealizado o Observatório de Gestão Pública de Londrina. Sua fundação ocorreu oficialmente em 29 de setembro do mesmo ano, em assembleia realizada no auditório da Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL).

Em menos de um mês de sua fundação foi inaugurada a sede da instituição, com alguns profissionais voluntários, dois analistas de licitações, um auxiliar administrativo e uma estagiária do curso de contábeis. Começou assim o trabalho do Observatório em prol da correta aplicação dos recursos públicos por meio de um controle social propositivo e preventivo.

Importa ressaltar que a iniciativa se espelhou no sucesso obtido pelo Observatório Social de Maringá, que também funciona como uma ferramenta concreta de monitoramento de compras públicas e de educação fiscal.

### **MISSÃO**

Atuar no controle e otimização da aplicação dos recursos públicos em Londrina

### **VISÃO**

Ser reconhecida como instituição representativa da sociedade londrinense quanto à preservação dos princípios éticos e da eficiência na administração pública.

### **VALORES**

Legalidade;  
Conduta ética;  
Perseverança;  
Apartidarismo;  
Transparência;  
Gestão democrática;  
Cooperação com outras instituições;  
Entidade aglutinadora da Sociedade.

[www.observatoriolondrina.org.br](http://www.observatoriolondrina.org.br)

[www.facebook.com/observatoriodegestaopublicadelondrina](https://www.facebook.com/observatoriodegestaopublicadelondrina)

☎ (43) 3324-1414 | (43) 9.9942-1414

✉ [ogplondrina@gmail.com](mailto:ogplondrina@gmail.com)

📍 Rua Ana Neri, 300 - sala 302, Jardim Caiçaras, Londrina (PR)



# PRINCIPAIS LICITAÇÕES ANALISADAS NO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2023

Quadro I – Licitações analisadas no 3º quadrimestre de 2023

1. **PGV/SMGP-0142/2023** – Contratação de empresa especializada para a confecção de Uniformes Escolares aos alunos das Escolas da Rede Municipal de Londrina.
2. **PGE/SMGP-0193/2023** – Registro de Preço para Eventual Aquisição de Material Escolar para compor os kits materiais escolares.
3. **PGE/SMGP-204/2023** – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento e instalação de Piso esportivo flutuante flexível, fixo em contrapiso, de madeira maciça, Assoalho de madeira maciça e Manta para proteção de pisos esportivos em PVC flexível, para o Ginásio de Esportes "Moringão".
4. **PGE/SMGP-0218/2023** – Aquisição de equipamentos de informática (Computadores e Tablets).
5. **PGE/SMGP-224/2023** – Registro de Preços para eventual aquisição de fraldas geriátricas e infantis para cumprimento de ordens judiciais e para uso em ambientes hospitalares.

## DESCRIÇÕES DAS LICITAÇÕES ANALISADAS

### **PGV/SMGP-0142/2023 – Contratação de empresa especializada para a confecção de Uniformes Escolares aos alunos das Escolas da Rede Municipal de Londrina.**

Em análise ao processo SEI n.º 19.008.111647/2023-19, referente ao Pregão Presencial por Videoconferência n.º 142/2023, no valor de R\$ 13,3 milhões, que teve por objeto a Contratação de empresa especializada para a confecção de Uniformes Escolares aos alunos das Escolas da Rede Municipal de Londrina, surgiram dúvidas quando da comparação com o processo do Pregão Presencial por Videoconferência n.º 294/2022.

O pregão 294/2022, ocorrido em 11/10/2022, previa a exclusividade de participação de MPE sediadas no Município nos lotes referentes às cotas de até 25% do total de cada item, não havendo tal previsão no novo edital.

Assim, considerando a existência do Decreto 753/2017 que possibilita a concessão de benefícios que facilitem a participação e contratação de micro e pequenas empresas locais, objetivando o fomento ao desenvolvimento socioeconômico local, questionou-se o motivo de não ser efetivado, no pregão 142/2022, os benefícios aos pequenos negócios de Londrina, como a prioridade de contratação prevista no art. 9º do Decreto supracitado e a exclusividade de participação nos lotes referentes às cotas de até 25%.

Em resposta ao questionamento, a Gerência de Incentivo a Compras Locais, afirmou que “independente da exclusividade/preferência em lotes, a ação do Programa Compra Londrina visa garantir que as empresas locais, especialmente as pequenas, tenham condições competitivas de disputar as licitações – inclusive com outros pequenos negócios de qualquer localidade, quando for o caso”.

Ademais, esclareceu que “ainda que não tenha havido, nesta licitação, reserva dos lotes para MPE’s às empresas locais, foram adotados, de forma criteriosa, um conjunto de outros benefícios – legais e práticos – para estimular o mercado local à disputa desta importante contratação”.

Em reunião ocorrida em 18 de outubro de 2023, o OGPL recebeu a visita de Marcelo Frazão, Coordenador do Programa Compra Londrina, que explicou que a decisão de não oferecer lotes exclusivos para micro e pequenas empresas neste pregão foi administrativa. Segundo ele, quando são abertos muitos lotes, surge a necessidade de fazer muitos contratos e isso acaba dificultando a gestão.

Uma possibilidade levantada na reunião para participação de mais empresas locais em licitações como essa seria a constituição de consórcios entre os pequenos negócios, uma solução que ainda será estudada.

### **PGE/SMGP-0193/2023 – Registro de Preço para Eventual Aquisição de Material Escolar para compor os kits materiais escolares.**

O OGPL analisou o edital de licitação de Registro de Preço para Eventual Aquisição de Material Escolar para compor os kits materiais escolares, no valor estimado de R\$ 11.362.690,75, e constatou que, aparentemente, o certame deveria ter ocorrido anteriormente, para ter início da execução em outubro de 2023, porém, o edital só foi publicado em 24/10/2023.

Na prática, essa disposição não trazia nenhum prejuízo ao processo licitatório, motivo pelo qual se optou por não impugnar o edital ou realizar questionamento, pois isso, provavelmente, acarretaria retificação do edital podendo haver prejuízo quanto aos prazos, já que a execução deveria ser iniciada em outubro.

Da análise dos itens verificou-se que seriam adquiridas 14.665 calculadoras de mesa, o que chamou atenção, por não ser considerado um item comum para fornecimento aos alunos, de modo que o OGPL questionou a Secretaria Municipal de Educação, que esclareceu que *“esse item é um instrumento que auxilia na investigação das regularidades do sistema de numeração decimal seguindo as orientações curriculares da BNCC”*.

Comparando os valores dos itens com a licitação anterior de mesmo objeto constatou-se que alguns itens tiveram variação de preço, alguns para maior e outros para menor. Tendo em vista a utilização do Decreto 1462/2022, conclui-se pela adequação dos valores.

Quanto às quantidades, conforme justificativa da Secretaria, foram estimadas com base no Sistema Geral de informação -SGI, nos relatórios de controle dos alunos nas Unidades Escolares de acordo com o porte, estudos e pesquisas juntamente com a Diretoria Pedagógica. Foram abrangidas as Escolas, CMEIS e instituições parceiras.

No mais, o processo havia sido bem instruído, não sendo encontrada nenhuma irregularidade.

### **PGE/SMGP-204/2023 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento e instalação de Piso esportivo flutuante flexível, fixo em contrapiso, de madeira maciça, Assoalho de**

## **madeira maciça e Manta para proteção de pisos esportivos em PVC flexível, para o Ginásio de Esportes "Moringão".**

O Observatório de Gestão Pública de Londrina (OGPL) questionou a Fundação de Esportes de Londrina (FEL) sobre a licitação para aquisição de um novo piso para o Ginásio de Esportes Moringão, pelo valor de R\$ 890.673,78.

Da análise do Pregão Eletrônico 204/2023, verificou-se que a contratação estava ocorrendo pouco tempo após a instalação de piso de quadra poliesportiva portátil flutuante, executada em decorrência do Pregão Eletrônico 190/2022, contratada pelo valor de R\$ 1.169.136,40.

O piso instalado na ocasião apresentou problemas pouco tempo após a aquisição e conclusão dos serviços, havendo a instauração do processo SEI n.º 31.000749/2023-94 para tomada de providências em decorrência das deformidades apresentadas.

Neste processo houve decisão pela anulação do recebimento dos serviços, devolução dos valores pagos à empresa contratada e retirada do piso instalado, aplicando-se a garantia devida.

Ressalta-se que o recebimento do objeto ocorreu sem a verificação de requisito previsto em edital, qual seja, a apresentação de chancela da confederação brasileira de basquetebol (CBB) e ou federação internacional de basquetebol (FIBA).

A empresa afirmou que não possui responsabilidade pelas avarias apresentadas no piso, alegando culpa exclusiva da Fundação, argumentando que a garantia abrange apenas defeitos de fabricação, quer por falha de funcionamento ou montagem incorreta.

Ainda, no edital do Pregão 204/2023 houve alteração na descrição do novo piso e exigência de apresentação de certificado de aprovação do produto ofertado por pelo menos uma das Confederações Nacionais de Desportos: Voleibol, Basquetebol, Handebol ou Futsal, diferente do que foi exigido no Pregão 190/2022.

Diante dos fatos expostos, o Observatório de Gestão Pública de Londrina, dada a relevância do Ginásio Moringão para o Município, bem como os valores despendidos pela Administração para a instalação do piso questionou:

1. Houve a abertura do Processo Administrativo para apuração da razão pela qual o objeto do Pregão Eletrônico n.º 190/2022 foi recebido sem a apresentação da chancela exigida em edital?
2. Caso a resposta à questão anterior seja afirmativa, qual o número do processo referente no SEI?

3. A empresa XLAM DO BRASIL ESTRUT, ENGENHARIA, IND, REFLOR, BENEFL, IMP, EXP E COM MAD LTDA devolveu a quantia de R\$ 1.169.131,20 (um milhão, cento e sessenta e nove mil, cento e trinta e seis reais), paga pela instalação do piso?
4. Caso a resposta à questão anterior seja afirmativa, onde é possível encontrar o comprovante do pagamento?
5. O piso defeituoso foi retirado pela empresa XLAM?
6. Caso a resposta à questão anterior seja afirmativa, qual destinação foi dada ao piso?
7. O piso se tornou inutilizável ou poderá ser aproveitado?
8. Qual a justificativa para a alteração do descritivo do piso no Pregão Eletrônico 204/2023 e a retirada da exigência de chancela da confederação brasileira de basquetebol (CBB) e ou federação internacional de basquetebol (FIBA)?

Em resposta a FEL informou que solicitou à COGEM a apuração do ocorrido, sendo iniciado o processo de denúncia, de acesso restrito, sob o n.º 19.004.135606/2023-58.

Relatou, ainda, que a empresa não devolveu os valores, tampouco retirou o piso instalado.

Por fim, justificou a retirada da exigência de chancela da CBB ou FIBA pelo fato de que a aprovação do produto por Confederação mais específica garante mais segurança à contratação, além de possibilitar o treino e realização de competições referentes a todas as modalidades esportivas.

O OGPL segue acompanhando os processos referentes à instalação do piso avariado e da nova contratação.

### **PGE/SMGP-0218/2023 – Aquisição de equipamentos de informática (Computadores e Tablets).**

O OGPL analisou o edital de licitação para o Registro de preços para a aquisição de equipamentos de informática (Computadores e Tablets), no valor estimado de R\$ 26.652.377,73.

Pela característica do objeto, não havendo em nossa equipe nenhum profissional com conhecimento técnico, não houve como realizar a análise de conformidade do descritivo.

No mais, constatou-se que o processo havia sido bem instruído, não sendo encontrada nenhuma irregularidade.

## **PGE/SMGP-224/2023 – Registro de Preços para eventual aquisição de fraldas geriátricas e infantis para cumprimento de ordens judiciais e para uso em ambientes hospitalares.**

O OGPL analisou o edital de licitação para o Registro de Preços para eventual aquisição de fraldas geriátricas e infantis para cumprimento de ordens judiciais e para uso em ambientes hospitalares, no valor estimado de R\$ 760.570,00.

Importa ressaltar que no passado o Observatório já havia realizado análise de outros editais com o mesmo objeto, pois foram realizadas denúncias por parte dos usuários sobre a qualidade das fraldas fornecidas, especialmente, a crianças com deficiência.

No edital do Pregão Eletrônico 224/2023 verificou-se que houve alteração do descritivo em comparação às licitações anteriores, estando mais completo, o que poderia resultar na aquisição de um produto de melhor qualidade.

Da análise também se aferiu que será publicada uma Portaria com nova metodologia para análise das fraldas, principalmente quanto a absorção e tamanho dos itens.

Destaca-se que, em 18 de dezembro de 2023, a Secretaria Municipal de Saúde promoveu reunião, da qual participou o OGPL, com algumas mães de crianças com deficiência para discutir o descritivo das fraldas.

O OGPL segue acompanhando os processos de compra de fraldas.



## OUTRAS ATUAÇÕES RELEVANTES:

### Participação em evento promovido Tribunal de Contas do Estado do Paraná

O Observatório de Gestão Pública de Londrina participou, no dia 21 de setembro, em Curitiba, do evento de formalização de parceria dos três observatórios sociais do Paraná com o Tribunal de Contas do Estado.

O objetivo dos acordos é o desenvolvimento de ações comuns entre o órgão e as entidades para a promoção do controle social nos municípios paranaenses.

Os termos foram firmados com a seção paranaense do Observatório Social do Brasil, representada por seu vice-presidente de Assuntos Institucionais, Ney da Nóbrega Ribas; com o Observatório de Gestão Pública de Londrina, na pessoa de seu vice-presidente, Roger Striker Trigueiros; e com o Observatório Social de Maringá, representado por sua presidente, Cristiane Mari Tomiazzi.

Pelo TCE, assinaram o presidente da Casa, conselheiro Fernando Guimarães, e o vice-presidente, conselheiro Ivens Linhares.

### Validação de Portais da Transparência decorrente de parceria firmada com o TCE-PR

O Observatório de Gestão Pública de Londrina (OGPL) colaborou com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) no trabalho de validação dos índices de transparência dos Portais de Transparência dos municípios do Paraná.

Tal ação foi decorrente de parceria firmada pelo Observatório junto ao Tribunal de Contas do Estado.

As validações ocorreram até 06 de novembro de 2023 e os resultados foram divulgados em 13 de novembro de 2023 e podem ser conferidos pelo link <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/itp-2023-mostra-nivel-de-transparencia-de-portais-dos-orgaos-publicos-no-parana/10952/N>.

### Emendas PIX

O OGPL questionou sobre o recebimento de Emendas PIX pelo Município de Londrina.

Em contato com a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, fora explicado que ainda não existe no Portal da Transparência uma aba onde possa ser consultada a destinação das verbas recebidas mediante emenda PIX e que, talvez, seria possível encontrar informações mediante pesquisa livre no SEI, porém, na tentativa realizada, não encontramos nenhum dado.

Diante disto, observamos dois pontos que poderiam ser aperfeiçoados quanto à disponibilização de informações referentes às emendas parlamentares, especialmente às emendas PIX, de modo que sugeriu-se:

1. Tornar evidente que as emendas parlamentares podem ser consultadas pelo painel parlamentar, substituindo a mensagem “Para acesso à Plataforma Mais Brasil utilizar o link abaixo” no sítio <https://portal.londrina.pr.gov.br/emendas-parlamentares> por “Para consultar as emendas parlamentares clique no link”, ou outra no mesmo sentido.

2. Criação de uma plataforma própria do Município em que conste, além dos valores, autores e convênios, a destinação das verbas, de modo que esta informação possa, facilmente, ser acessada por qualquer cidadão, sem que seja necessário a abertura de um processo de consulta.

## Reunião com o Secretário Municipal de Gestão Pública

Recebemos a visita do secretário municipal de Gestão Pública, Fábio Cavazotti, que fez um balanço sobre a gestão à frente da secretaria, apontando conquistas e desafios da área.

Ele foi convidado à nossa reunião para contribuir com o levantamento das conquistas realizadas nesta gestão e das melhorias esperadas para a próxima. As informações serão usadas na elaboração de um documento de compromisso que será apresentado aos futuros candidatos a prefeito.

## Reunião com o Secretário Municipal de Planejamento Orçamento e Tecnologia

O secretário municipal de planejamento de Londrina, Marcelo Canhada, recebeu a equipe do Observatório para responder a algumas dúvidas sobre um empréstimo de R\$ 100 milhões que teria sido contratado para realização de obras viárias em Londrina.

Conforme informações do secretário, os recursos serão usados para obras previstas no Plano de Mobilidade do município, o que inclui abertura de novas vias para desafogar o trânsito em regiões de maior movimento, e também regularizações fundiárias.

## Reunião com a Promotoria do Meio Ambiente

A equipe do OGPL foi recebida por Patrícia Gongora, assessora da Promotoria do Meio Ambiente de Londrina, para uma conversa sobre a revisão da Lei de Ocupação de Solo de Londrina. Tal revisão prevê, entre outras medidas, a ampliação da zona de ocupação urbana, o que pode resultar na construção em áreas que hoje são consideradas de preservação ambiental, como é o caso dos fundos de vale.

De acordo com Patrícia, toda a análise é pautada pelo que está previsto no Plano Diretor e o objetivo é evitar que a revisão contrarie as regras previstas no documento.

Para que outras entidades possam se somar ao debate, o OGPL propôs a criação de um grupo de trabalho para acompanhar e propor soluções para garantir que não haja retrocesso.

## Doações de terrenos

O Observatório de Gestão Pública questionou a Codel sobre os critérios utilizados para doações de terrenos a empresas que querem se instalar na cidade.

Na resposta, foi informado que o município faz doações a empresas que procuram a companhia em busca de área para se instalarem ou ampliarem atividades, desde que haja real interesse da prefeitura na doação.

A maioria das doações, de acordo com o documento, é destinada a pequenas empresas de acordo com o previsto na lei. Foi informado ainda que o terreno passa a pertencer às empresas após dez anos de funcionamento ininterrupto.

Sugerimos a criação de uma área no portal de transparência do município para informar quais são as empresas beneficiadas pelas doações e de que forma os imóveis foram utilizados, resultando em benefícios para o município.

## Secretaria Municipal de Educação divulga medidas de segurança adotadas nas escolas

Após analisar pesquisa realizada pelo Observatório de Gestão Pública (OGPL) sobre as medidas de segurança que gestores e familiares das escolas municipais consideram mais efetivas, a Secretaria Municipal de Educação (SME) apresentou à entidade quais foram as ações concretas adotadas pelo órgão para reforçar a segurança da comunidade escolar.



A pesquisa do OGPL, apresentada em agosto de 2023, foi respondida por 55 das 88 unidades escolares em Londrina. A grande maioria apontou como soluções desejadas a permanência de segurança ou guarda armada nas escolas e a melhoria da estrutura física dos prédios, como levantamento de muros, manutenção de cercas, construção de quadras em ambiente fechado, assim como implantação de sistemas de videomonitoramento. De acordo com os gestores, essa também seria a opinião da maioria dos pais de alunos.

Diante disso, a SME informou a implementação das seguintes melhorias:

*“Central de Alarmes e Aquisição de Alarmes*

Por meio de parceria entre SME e Secretaria Municipal de Defesa Social-SMDS, foi adquirida uma central de alarmes com dispositivos instalados em todas as unidades. Técnicos realizaram visitas para identificar pontos estratégicos, resultando em um investimento de R\$ 149.310,01.

*Plano de Segurança das Instalações (PSI)*

Em 2019, a Guarda Municipal desenvolveu o PSI, apontando vulnerabilidades e sugerindo melhorias nas instalações. A SME incorporou essas recomendações nos cronogramas de manutenção e reforma, tornando os espaços escolares mais seguros.

*Medidas reforçadas*

Diante dos recentes casos de violência nas escolas no Brasil, foram intensificadas as ações de segurança, incluindo aumento na manutenção e instalação de portões eletrônicos, vídeo porteiro, elevação de muros, troca de alambrado por gradil, poda de árvores, aumento de refletores, mudança de local das secretarias, implantação do Botão do Pânico, monitoramento por câmeras desde abril de 2023 e ronda presencial da Guarda Municipal.

*Formação e vigilância*

Todas as unidades escolares instituíram o Comitê de Segurança Escolar, semelhante à brigada de incêndio. Como 100% das escolas já recebe o Curso de Brigadista e Primeiros Socorros, um novo módulo sobre segurança escolar foi incorporada desde agosto de 2023.

*Iniciativas em andamento*

Encontra-se em processo a contratação de inspetores e está programada a aquisição de câmeras de vigilância no valor de R\$ 2.014.173,58, além da compra de 1100 licenças de câmeras para monitoramento, estimada em aproximadamente 3,6 milhões.”

Diante das informações recebidas, o OGPL vai incorporar às atividades programadas para 2024 uma visita às escolas para monitorar a efetiva adoção das medidas.

## PARCEIROS E PATROCINADORES

### Parceiros



O Observatório de Gestão Pública de Londrina agradece a todos os parceiros que nos apoiaram no terceiro quadrimestre de 2023, nosso muito obrigado!

## DIRETORIA

<b>Presidente</b> Waldomiro Carvalho Grade	<b>Vice-Presidente</b> Roger Striker Trigueiros
<b>Diretor Administrativo-Financeiro</b> José Albino de Oliveira Branco	<b>Vice-Diretor Administrativo-Financeiro</b> José Carlos Bento
<b>Diretora de Controle Social</b> Viviane Marques de Mendonça Dmitruk	<b>Vice-Diretor de Controle Social</b> Mariane Silva Oliveira
<b>Diretor de Relações Institucionais</b> Leandro Vieira Silva Matos	<b>Vice-Diretor de Relações Institucionais</b> Mauro Anici

## CONSELHO FISCAL

Vera Lucia Tieko Suguihiro
Vitor Trigueiros
Pedro Henrique Jabur Sehn
Emerson Rogério Rodrigues - Suplente
Rodrigo Fernandes - Suplente
Daniel Mancebo Fernandes - Suplente

## EQUIPE

<b>Assessoria Administrativa</b>	Carina Guimarães
<b>Assessoria Jurídica</b>	Paula Júlia Martins Zamian
<b>Assessoria de Comunicação</b>	Carolina de Faria Avansini

---

Roger Striker Trigueiros  
Vice-Presidente